



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ata da Reunião Nº 25

Fundo Setorial: CT-ENERGIA

Data: 15/07/2009

Horário: 10:00:00 - 16:00:00

Local: Hotel Mercure - Brasília/DF

1. Convocados

CARLOS ALBERTO PITTALUGA NIEDERAUER(Membro Titular) - Presente

CYLON EUDOXIO TRICOT GONÇALVES DA SILVA(Membro Titular) - Presente

ELIZABETH FERREIRA CARTAXO(Membro Titular) - Presente

FERNANDO NIELANDER RIBEIRO(Membro Titular) - Ausente Com Justificativa

JOSÉ LUIZ PEREIRA BRITTES(Membro Titular) - Ausente Com Justificativa

LUÍS CLÁUDIO SILVA FRADE(Membro Titular) - Presente

MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN(Membro Titular) - Ausente Com Justificativa

MÁXIMO LUIZ POMPERMAYER(Membro Titular) - Ausente Com Justificativa

RONALDO MOTA(Presidente) - Presente

2. Convidados

Adriano Duarte Filho - MCT - Presente

Aldo Pineiro da Fonseca - MCT - Presente

Aurélio Calheiros de Melo Junior - ANEEL - Presente

Hamilton Moss - MME - Presente

Jair Rocha Alves - MCT - Presente

José Gustavo Sampaio Gontijo - MCT - Presente

Laércio Sequeira - FINEP - Presente

Marcos Costa - MCT - Presente

Marlon José de Lima - CNPQ - Presente

Roberto Meira - MME - Presente

Taciana Neto Leme - MCT - Presente

3. Pauta da Reunião

1. Abertura – Presidente do Comitê

2. Situação Orçamentária e Financeira do Fundo Setorial

3. Situação de execução das ações autorizadas – Agência FINEP

4. Situação de execução das ações autorizadas – Agência CNPq

5. Metas do Plano de Ciência e Tecnologia (PACTI) e Ações dos Fundos Setoriais 2009/2010

6. Calendário e agenda das três próximas reuniões de 2009

4. Discussões dos Assuntos em Pauta

1. Abertura

Ronaldo Mota, iniciou a reunião apresentando-se como novo presidente do CT-Energ. O presidente apresentou os membros e convidados. Foram justificadas as ausências e respectivas representações e, em seguida, a pauta, como não tiveram manifestações com relação a inclusão de temas, seguiu-se a apresentação do primeiro item de pauta.

2. Situação Orçamentária e Financeira do Fundo Setorial

O Coordenador da Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais, Aldo Pinheiro, apresentou a situação orçamentária do Fundo Setorial de Energia. A proposta inicial do orçamento girava em torno de R\$3 bilhões, desse valor reduziu-se para aproximadamente R\$1,9 bilhão, entre corte de orçamento e reserva de contingência.

A decisão do Ministro foi que preservasse os recursos das ações verticais, no caso do Fundo de Energia é de R\$33 milhões. Os recursos orçamentários estão garantidos. O desafio, para o segundo semestre, é de garantir a execução financeira, com o intuito descentralizar os compromissos de restos a pagar e os recursos para as novas ações verticais.

Aldo acrescentou que o Fundo Energia tem uma peculiaridade em termos de orçamento. O aumento expressivo da arrecadação, até Maio foi em torno de R\$290 milhões, e a previsão na Lei Orçamentária foi de R\$110 milhões.

Aurélio, da ANEEL, esclareceu que parte da surpreendente arrecadação foi decorrente da nova regulamentação em P&D e que as empresas do setor recolheram, em fevereiro desse ano, parte do que era devido em ano anterior.

O MCT tem feito esforços no sentido de recompor valores através de crédito especial, mas não tem garantia, visto que o processo depende da aprovação no Congresso Nacional.

Aldo também esclareceu que a diferença entre o volume de recursos efetivamente arrecadado e os recursos empregado pelo Fundo de Energia é da ordem de R\$580 milhões desde a sua criação até dezembro de 2008. Por outro lado, a diferença entre o volume de recurso previsto no orçamento e o empregado é de R\$269 milhões para o mesmo período, o que indica que cerca de R\$300 milhões foram arrecadados e não incluídos no orçamento. E, que o esforço do MCT não é para recuperar a diferença de recursos dos anos anteriores, mas sim tentar garantir que os recursos empregados sejam mais próximos do volume arrecadado.

Findada a apresentação e feitos os esclarecimentos já descritos, passou-se para o ponto seguinte.

3. Situação de execução das ações autorizadas – Agência FINEP

Laércio, secretário técnico do CT-Energ na FINEP, fez a apresentação da situação orçamentária e financeira (apresentação anexa). Exemplificou com ações que se encontram em situações diversificadas tais como: termo de referência em ajustes, em reformulação, projetos em análise, em contratação e arquivado. Destacou que é no segundo semestre que a descentralização dos recursos é maior.

Laércio também ressaltou que o procedimento adotado de realizar Videoconferência para ajustar os Termos de Referência com a FINEP contribuiu para agilizar os procedimentos. Mas ainda a FINEP está submetida a diversos procedimentos que atrasam a tramitação.

Elizabeth, representante da comunidade científica, fez questão de registrar o repúdio ao acórdão do TCU com relação a inviabilidade de estabelecer parcerias com as Fundações de Apoio. Para ela, tal procedimento está em desacordo com a política de fomento de reestruturação das Universidades Federais.

Ronaldo, presidente do comitê, comentou alguns aspectos com relação às fundações de apoio e fomento na área de C&T, tais como: a necessidade das Fundações de Apoio resgatarem seu papel de gestão dos recursos extraordinários e não os recursos rotineiros da universidade; a necessidade de marco legal que possa incorporar as especificidades de contratação na área; o estudo que a SBPC fez, por solicitação do presidente Lula, para propor soluções jurídicas para agilizar o fomento na área de C&T.

Laércio se comprometeu em encaminhar a aplicação dos recursos nas diversas regiões do Brasil a fim de evidenciar o dispositivo legal quanto a destinação de 30% dos recursos para as regiões norte, nordeste e centro-oeste.

4. Situação de execução das ações autorizadas – Agência CNPq

Marlon, secretário técnico do CT-Energ no CNPq, apresentou um balanço das ações autorizadas em 2008 e 2009, bem como a

distribuição de recursos por região (apresentação anexa).

Luis Cláudio Frade, representante do setor empresarial, sugeriu que a FINEP pudesse avaliar a pertinência de procedimentos do CNPq de modo a dar celeridade às contratações. Foi esclarecido que os procedimentos relativos a contratação das agências diferem quanto a forma jurídica de contratação, pois o CNPq contrata pessoa física e a FINEP pessoa jurídica, o que torna a contratação pela FINEP muito mais dificultosa.

Luis também destacou a necessidade de se fazer cumprir a determinação legal de destinação de 30% dos recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Discutiu-se então a necessidade de promover ações específicas para essas regiões, sejam através de encomendas ou de critérios diferenciados em editais que permitam minimizar as desigualdades regionais. De qualquer forma, é preciso criar mecanismos que alcancem tais percentuais. Houve a demanda para explicitar a evolução histórica das distribuição regional dos recursos do Fundo de Energia.

Elizabeth, representante da comunidade científica, comentou acerca dos cortes feitos pelos examinadores o que acarreta prejuízos que podem inviabilizar os projetos, especialmente na região amazônica, que tem peculiaridades. Demandou aos representantes do CNPq que fossem atentos aos critérios de escolha dos examinadores e aos critérios de corte dos recursos nos projetos de modo a não inviabilizá-los.

Comentou-se sobre as restrições feitas pelos órgãos de controle com relação às encomendas, sendo que estas precisam ser muito bem justificadas, sob pena de alegações de contrariarem os princípios da administração pública.

5. Metas do Plano de Ciência e Tecnologia (PACTI) e Ações dos Fundos Setoriais 2009/2010

Aldo, coordenador da Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais, apresentou a necessidade de atualização do Documento de Diretrizes Estratégicas para o Fundo. Esse esforço justifica-se pois há a previsão legal de que cada fundo elabore o documento que norteie a aplicação dos respectivos recursos; os documentos, se existentes, estão desatualizados; e, pela exigência dos órgãos de controle.

Propõe um roteiro básico que seja norteador dos trabalhos, com o intuito de orientar os trabalhos e estabelecer um processo de coordenação entre fundos setoriais, o que não impede a adaptação do roteiro conforme as especificidades de cada setor. Tal roteiro será validado no MCT e, posteriormente, disponibilizado. Propõe-se a validade de cinco anos com uma sistemática de revisões anuais. É evidente que as diretrizes devem estar em consonância com as Políticas de Ciência e Tecnologia. A proposta é que tal documento também possa subsidiar a elaboração do próximo Plano de Ação de Ciência e Tecnologia (PACTI). É importante que o documento leve em conta as contribuições do setor e que aproveite os diversos documentos já formulados.

Aldo, também destacou que a ASCOF fornecerá a logística necessária para que sejam feitas oficinas, seminários, ou outro mecanismo que o Comitê eleja necessário para a elaboração de tal documento.

O processo de elaboração desse documento deve estar na pauta das próximas reuniões do CT-Energ. A cada reunião deve-se apresentar os avanços obtidos e nortear as próximas etapas. Sugeriu-se que o processo de discussão do documento possa ser feito em momentos virtuais e presenciais. Os esforços de avaliação e acompanhamento das ações dos Fundos também podem servir para a elaboração do documento. Sugeriu-se que mantivesse a proposta de prazo até dezembro, e, se necessário, amplia-se. A discussão propriamente dita deve iniciar a partir do roteiro preliminar, a ser encaminhado pela ASCOF.

Há demanda para a inclusão do processo de acompanhamento e avaliação nesse documento.

6. Calendário das próximas reuniões e Outros temas

Outros temas foram discutidos como a preocupação do Comitê acerca do volume de recursos arrecadados ser significativamente inferior ao que o Comitê delibera. E como esse tema é recorrente nas reuniões, embora fuja da sua governança, sugere-se que o presidente do Comitê leve às instâncias superiores o desconforto do Comitê pela redução dos recursos.

Há solicitação que na próxima reunião apresente-se o andamento das ações transversais que o Fundo de Energia contribui.

Sugere a inclusão de apresentação de teor técnico nas reuniões do Comitê. Hamilton, representante do MME, propõe o tema de energia solar, com a apresentação do grupo solar fotovoltaica e do grupo heliovoltaica.

Definiu-se a data das próximas reuniões: 21 de setembro, 29 de outubro e 10 de dezembro.

Não havendo mais comentários o presidente encerrou a reunião.